

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE
Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.
E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 421ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

1 Às nove horas e vinte e três minutos, do dia trinta e um de julho de dois mil e vinte cinco,
2 reuniram-se no “Grupo da Fraternidade Irmão Altino” sito à Rua Cabral, nº 381 – Campo do Galvão, os
3 membros deste conselho com a presença de dezesseis membros, sendo doze titulares e quatro suplentes.
4 Com a palavra a presidente Maria Cecília desejou bom dia, agradeceu a presença de todos, solicitou a
5 composição da mesa diretora e deu início à reunião perguntando se todos tiveram acesso à ata da
6 quadringentésima vigésima reunião ordinária deste conselho e se haveria alguma ressalva, não havendo
7 colocou em votação e foi aprovada por unanimidade. Na sequência, justificou que a secretária de saúde
8 Nádia Meirelles nomeou para a reunião ordinária de hoje a conselheira Renata Guimarães para
9 representá-la pelo fato de não poder comparecer e abriu para as proposituras dos conselheiros, não
10 havendo foi para os informes do gestor. **Informes do Gestor:** Com a palavra a conselheira Renata
11 Guimarães desejou bom dia a todos e justificou que a secretária Nádia Meirelles teve um compromisso
12 não podendo comparecer a reunião do COMUS e deixou que foi passado a ela algumas informações para
13 trazer a plenária. Informou que dará início no dia dezesseis de agosto o atendimento no bairro João Daniel
14 que é o bairro entre Guaratinguetá e Potim. Com a palavra a conselheira Dilene Martins se desculpou,
15 porém questionou o motivo da mídia estar gravando a reunião, visto que num passado um munícipe que
16 se encontra presente, foi interrompido e proibido de gravar uma fala durante a reunião do conselho
17 colocando para o pleno e expondo ser uma situação delicada registrando o voto de protesto do cidadão
18 que estava presente. Com a palavra o conselheiro Alexandre Rocha justificou que teoricamente a mídia
19 tem a prerrogativa de imprensa e por ser uma audiência pública pode gravar, justificando que o cidadão
20 se dá a um ato de responsabilidade e deixou não saber do ocorrido no passado, porém por conta da
21 imagem o cidadão por regra tem que solicitar autorização para expor. Com a palavra a conselheira Dilene
22 Martins questionou se será gravada somente a fala da representante da secretaria de saúde. Com a palavra
23 o conselheiro Alexandre Rocha justificou que a imprensa está fazendo uma mídia para uma matéria em
24 seu jornal, sem intenção de gravar a reunião inteira. Com a palavra o conselheiro Luiz Nunes deixou sua
25 opinião em qual qualquer pessoa pode gravar a vontade, desde que esteja sendo representado por uma
26 entidade pública, alegando que ninguém aqui é pessoa física, todos são conselheiros representantes do
27 povo no COMUS, portanto está dentro de um poder público deixando ter sido um erro a época em que o
28 munícipe foi proibido de gravar. Com a palavra a conselheira Dilene Martins justificou que não foi contra
29 o munícipe gravar a reunião assim como não é contra a imprensa gravar, justificando que sua fala foi para
30 dar voz a um munícipe. Com a palavra a conselheira Renata Guimarães retomou as informações e
31 deixou que a cada quinze dias terão os atendimentos no bairro João Daniel, que incluem odontologia,
32 vacinas, atendimento médico e inclusive uma farmácia, justificando que por ser um bairro na divisa dos
33 dois municípios estava um pouco esquecido, portanto a secretária decidiu oferecer esses atendimentos.
34 Contou que tem acontecido o sábado saúde que leva médicos e atualização de vacinas e normalmente
35 acontece em quatro ou cinco unidades de saúde e tem como objetivo levar atendimento clínico para a
36 população que estava aguardando retorno e desde o início do projeto foram atendidas mais de oitocentas
37 pessoas, ressaltando que se torna mais possível intensificarem os atendimentos de vacinação. Mencionou
38 que existem dois credenciamentos abertos de consultas de clínicos e especialidade, exames de imagem
39 estando vigente desde oito de julho de dois mil e vinte e cinco até oito de julho do próximo ano, tendo
40 como objetivo habilitar empresas que queiram trabalhar no município e deixou que até o presente
41 momento foram habilitadas seis empresas, uma de imagem que está praticamente concluída saindo em
42 breve a publicação oficial, tendo também quatro empresas que vão ofertar serviços de clínica médica e

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.

E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 421ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

43 uma empresa que vai ofertar serviço de ginecologia, em breve serão publicadas oficialmente para dar
44 início ao processo de contratação que dura em média vinte dias para estar apto a abrir os agendamentos,
45 possivelmente no mês de setembro. Com a palavra a presidente Maria Cecília questionou como ficarão os
46 exames de imagem que são ofertados pela Santa Casa. Com a palavra a conselheira Renata Squilace
47 explicou que a Santa Casa permanece ofertando os serviços de exames de imagem, porém devido à alta
48 demanda acaba não sendo suficiente para atender o município, portanto, a Santa casa irá continuar
49 fazendo o que esta contratualizado e vai acrescentar os que estão sendo credenciados para suprir a
50 demanda, deixando que a Santa Casa também possa se credenciar. Informou que a gestão pretende mudar
51 a logística, a fisioterapia e o CEO de local, justificando que todos esses lugares estão em processos de
52 documentação e negociação das reformas necessárias, explicando que não pode alugar um
53 estabelecimento e fazer a adaptações. Deixou que precisa mudar o CEO de lugar e tem como pretensão
54 que funcione em algum local na Avenida Juscelino Kubitschek por se de fácil locomoção e que estão em
55 vias de negociação para fazer a adaptação. Complementou que a Logística a pretensão de locação seja
56 próximo à biblioteca municipal, no centro de Guaratinguetá e a fisioterapia seria na Vila Paraíba e expôs
57 que como está em fase de negociação de valores a adaptação, acredita que demandará um tempo de dois
58 meses para concluir todas as mudanças. Com a palavra a presidente Maria Cecília alegou que o Centro de
59 Especialidade Odontológica tem sua classificação de nível, questionando como se dará a mão de obra.
60 Com a palavra conselheira Renata Guimarães explicou que hoje o CEO é nível II e a gestão tem como
61 objetivo trazer o CEO nível III, com sete consultórios aumentando os atendimentos, a equipe e ao mudar
62 o nível, recebe um recurso a mais. Com a palavra a presidente questionou se o aumento do número de
63 profissionais se dá a forma de concurso público ou credenciamento. Com a palavra a conselheira Renata
64 Guimarães explicou que a princípio teria que ser um credenciamento por não haver previsão de concurso
65 público e a fisioterapia entra na mesma questão. Colocou que a obra da Unidade de Saúde da Santa Luzia
66 está praticamente finalizada, esperando o aval da engenheira para entrar com a fase de limpeza e
67 organização para inaugurar. Complementou que a AME e o Centro de Saúde são recursos enviados pelo
68 ministério federal e está em fase de documentação na caixa econômica que já aconteceu à licitação e
69 somente estão regularizando a documentação na caixa. Deixou que com relação à construção da unidade
70 de saúde da Vila Bela e São Dimas existe o terreno, o recurso está em conta e estão aguardando os
71 processos finais para dar início a obra. Para finalizar, informou que em agosto vai ser publicado o
72 chamamento para contratação de empresa para administrar a UPA e inclusive a Santa Casa está convidada
73 a participar desse chamamento. Com a palavra presidente Maria Cecília questionou se haveriam
74 colocações ou dúvidas dos conselheiros. Com a palavra o conselheiro André Monteiro desejou bom dia a
75 todos e se dirigiu à conselheira Renta Guimarães com relação ao último informe que é do chamamento
76 para administrar a UPA, expressando seus sentimentos por ter sido informado durante a reunião do
77 COMUS alegando que oficialmente a Santa Casa não foi notificada até o momento, deixando que surjam
78 algumas dúvidas pelo seguinte: Primeiro o tempo hábil, pelo fato do convênio encerrar dia trinta de
79 setembro, teoricamente o município teria trinta dias para publicar, deixando não saber se o termo de
80 referência passará pela aprovação do COMUS, publicar as impugnações que possam acontecer abrir e
81 receber as propostas para análise, sendo que é o rito de todo certame, pois sabe que todas as empresas
82 envolvidas talvez entrem com algum tipo de impugnação e acredita-se que por mais que o sistema
83 eletrônico esteja disponível, nunca viu um processo findar em menos de noventa dias. Deixou que fala
84 por parte da Santa Casa, pelo fato de todos os contratos de terceiros que foram apresentados na reunião da

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.

E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 421ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

85 CAMACC são trinta dias de aviso prévio para prestador além do colaborador, afirmando que obviamente
86 daqui pra frente vai se gerar uma instabilidade para muitos contratados direto que são mais de duzentos e
87 oitenta que são arrimo e família e é o ganha pão de cada dia, onde precisam se organizar também, seja
88 para um novo gestor que vier assumir a absorção desses colaboradores, seja buscar em outro
89 estabelecimento de saúde sua colocação profissional, mas é sabido que teremos alguma evasão até trinta
90 de setembro e deixou que sua dúvida maior é caso esse certame não termine até trinta de setembro, a
91 prefeitura, a municipalidade tem alguma programação quanto a renovação, por que, citando como
92 exemplo, caso optem renovar trinta dias, deixando que pode alarmar o tribunal de contas pelo fato que
93 contratos públicos precisam ter ao menos doze meses, exceto contratos emergenciais, ou seja, é um
94 contrato com previsibilidade pelo fato de saber que terminaria no dia trinta de setembro. Contou que nos
95 dois ofícios recebidos pela municipalidade foi demonstrado interesse pela Santa Casa na suposta
96 renovação e agregou que entende que é total direito do município abrir outro chamamento ou contratar
97 outra empresa, expressando que infelizmente não houve nenhuma manifestação formal por parte da
98 prefeitura. Relatou que em reunião na última sexta feira com a secretária Nádia Meirelles e a
99 subsecretária Ana Caroline, foi indagado quanto a isso e a mesma manifestou que talvez abrisse um
100 chamamento, porém não foi nada formalizado e tornou a questionar se existe uma programação que possa
101 ser passado, ou se está em estudo pelo departamento responsável, caso esse certame não termine até a
102 vigência do contrato. Com a palavra a conselheira Renata Guimarães informou que a princípio foi
103 incumbida de trazer esse informe da abertura do chamamento alegando que as negociações estão
104 acontecendo, deixando que o maior obstáculo é a questão financeira, pois o valor contratualizado
105 enquanto prefeitura fica complicado custear com esse valor e colocou que acredita que em agosto
106 publicando o chamamento, a secretária Nádia faça contato e reproduziu a fala de que a mesma disse que a
107 Santa Casa está convidada a participar, visto que o objetivo é reduzir o valor e se a Santa Casa conseguiu
108 reduzir esse valor, mantém a empresa na gestão da UPA. Com a palavra o conselheiro agradeceu a
109 conselheira Renata Guimarães e deixou que tem a ciência que a mesma está representando a secretária de
110 saúde e que entende que objetivo seja tornar acessível financeiramente, agregou que nos ofícios
111 encaminhados na pauta da reunião de hoje, em um deles a secretaria se manifesta favorável pela
112 renovação, ou seja, se vai renovar algo seriam nas mesmas condições tanto financeiras como comerciais,
113 dizendo que desde de que houvessem alguns ajustes em prestações de contas que haviam sido aplicadas,
114 tanto que a Santa Casa respondeu afirmando que foi aplicado conforme previsto na CAMACC, dizendo
115 ser uma retórica um pouco confrontosa e voltou a reforçar que a Santa Casa de forma alguma vai forçar a
116 renovação, que estão prontos para servir, porém precisam de um único ponto que são as informações
117 concretas, como será após o dia trinta de setembro, até porque em conversa com a secretária de saúde foi
118 pedido por gentileza que ela informasse formalmente até dia trinta de agosto quem seria a empresa que
119 fosse assumir o possível chamamento, para que iniciasse a transição, de colaboradores, processos, pois o
120 atendimento não pode ser descontinuado, citando como exemplo o período de transição vivenciado
121 juntamente com o Hospital Frei Galvão. Agregou que no contrato prevê quarenta dias de transição e a
122 Santa Casa não se furta de ofertar o tempo necessário e não vai se indispor, porém precisa de
123 planejamento. Com a palavra a presidente Maria Cecília colocou que dentro do conselho faz necessário
124 que seja apresentado os números, quais serão os serviços prestados justificando que hoje o conselho
125 acompanha a gama de serviços ofertados dentro do plano operativo. Dando continuidade, com a palavra a
126 conselheira Dilene Martins questionou se o cronograma do sábado saúde foi divulgado e quais unidades

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.
E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 421ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

127 estariam contemplando o programa no próximo sábado. Com a palavra a conselheira Renata Guimarães
128 respondeu que será as unidades de saúde Oswaldo Cruz, Parque São Francisco, Pedregulho, COHAB e
129 Santa Luzia e que está sendo divulgado nas mídias. Com a palavra a conselheira Daniela Baptiste
130 perguntou se existe a possibilidade do programa “Sábado Saúde” se estender para outras unidades. Com
131 a palavra a conselheira Renata Guimarães respondeu que a princípio não, justificando que foi feito um
132 levantamento e foi focado em pontos estratégicos da cidade acrescentando que caso haja necessidade
133 futuramente, com certeza poderá estender para outras unidades de saúde. Com a palavra o conselheiro
134 José Luiz alegou que existe uma conta de provisão na Santa Casa destinada exatamente para custear
135 rescisão trabalhista e contou que é sabido que a prefeitura não está mais fazendo e não vai mais fazer esse
136 repasse e questionou como ficará nesta transição quem vai arcar com as despesas trabalhistas. Com a
137 palavra o conselheiro André Monteiro respondeu que quando o convênio foi celebrado o termo de
138 referência foi elencado a necessidade de duas contas bancárias uma exclusiva para movimento da
139 operação e outra de provisão para custeios de rescisão trabalhistas e deixou que todos os tipos de sobras e
140 investimentos em obras em projeções futuras em contingências citando como exemplo a dengue, acabou
141 sendo aportado nessa conta que tinha um montante de quatorze milhões no início do ano e foi entendido
142 pela gestão junto com a comissão que não era um saldo necessário para uma rescisão, explicou que a
143 comissão chegou a comum acordo com a secretaria que o saldo necessário para uma possível rescisão
144 seria de seis milhões, obviamente que mensalmente a prefeitura foi retendo esse valor até que houvesse o
145 consumo do valor montante chegando a seis milhões. Contou que hoje a prefeitura fala que não há mais
146 necessidade de aportar mais nessa conta provisão que é um saldo mais ou menos de quatrocentos e oitenta
147 e dois mil reais para que ela haja novos investimentos, visto que no passado consignou no valor de seis
148 milhões. Expôs que é membro da comissão e houve várias adequações no contrato e na execução do
149 convênio plano operativo, porém sem celebração de termo aditivo e deixou que entende assim como a
150 importância da comissão que tem como papel fiscalização, monitoramento e deliberação, mas não pode
151 assumir um papel jurídico no intuito de uma decisão ser superior a um contrato assinado entre partes.
152 Expressou ser uma decisão unilateral por parte da prefeitura que está sendo executada, porém não há
153 contrato que formalize isso e complementou que todo saldo restante de qualquer conta de convênio deve
154 repatriado para o município, portanto se o convênio finda dia trinta de setembro, tem até dia trinta de
155 outubro para fazer o pagamento, prestar contas e o saldo remanescente repatriar aos cofres públicos e em
156 caso de insuficiência de saldo a Santa casa terá que notificar a prefeitura e falar que faltou o saldo e
157 justificar o motivo e em decorrência da retenção solicitar o aporte para custear as despesas e não podendo
158 pagar a Santa Casa tem que buscar os meios legais e reiterou que tem um contrato assinado através de um
159 termo de referência que tem que ser cumprido por ambas as partes, inclusive um dos ofícios que estão
160 anexados na pauta de hoje consta que a pedido da secretaria de saúde que sejam alguma questões
161 cumpridas e a resposta da Santa Casa é que querem somente o cumprimento do contrato e ficou
162 consignado essa questão do aditamento contratual que nunca aconteceu, mas porém houveram alterações
163 na execução. Respondeu ao conselheiro José Luiz que caso haja um déficit financeiro na rescisão terá que
164 acionar a prefeitura, pelo fato de que realmente havia margem financeira no convênio que não foi
165 repassado e se houver sobra desse recurso de seis milhões serão integralmente repatriado para o
166 município em trinta dias. Com a palavra a presidente Maria Cecília fez a leitura de duas proposições
167 solicitadas pelo conselheiro Sidney Higino e foi respondido pela conselheira Renata Guimarães que a
168 funcionária Janine não possui cargo específico dentro da UPA e a funcionária faz a ponte de informações

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE
Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.
E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 421ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

169 entre a UPA e a secretaria de saúde. Com a palavra o conselheiro André Monteiro explicou que com
170 relação aos leitos de internação obviamente que a legislação prevê que a municipalidade pode fazer seja
171 por demanda pontual ou efetiva a contratação de leitos complementares e deixou com relação ao que é
172 prestado pela a Santa Casa tem contratualizado vinte e sete leitos de clínica cirúrgica e quarenta leitos de
173 clínica médica, obviamente que houve uma expansão das cirurgias eletivas pela tabela SUS paulista a
174 qual a Santa Casa aderiu e foram quarentas cirurgias por mês, dado a demanda da UPA não estava
175 conseguindo cumprir essa cota a maior e foram notificados pelo município em maio e pediram de pronto
176 a descontinuidade dessa ampliação como saldo já havia sido recebido optaram por realizar as cirurgias
177 ampliando sessenta cirurgias eletivas a mais por mês e prevê que em sessenta dias vai zerar a demanda
178 contratualizada a maior que não foi cumprida desafogando consequentemente a demanda de clínica
179 cirúrgica. Relatou que na UPA como realidade sazonal pela época do inverno doenças respiratórias e
180 cardiovasculares que contribui para o aumento do tempo de permanência desses pacientes em clínica
181 médica onde existem pacientes em poltronas aguardando leito. Ressaltou que a sazonalidade existe e
182 precisa ter uma previsibilidade do poder público de como se dará o tratamento, um plano de contingência
183 e deixou que no cenário atual encontra-se no limite da capacidade técnica de internação e que tenta
184 absorver o maior número de pessoas possíveis e acrescentou que estrutura de saúde da região está
185 operando no limite da capacidade. Com a palavra a conselheira Dilene Martins complementou sobre as
186 proposituras do conselheiro Sidney Higino relatando que em visitas passaram pela UPA e verificaram as
187 necessidades dos leitos por estarem recebendo muitas reclamações de pacientes que estão aguardando
188 leito ficarem em cadeiras em observação na UPA por vários dias, contando também que encontraram
189 pacientes de outro município, oncologia, psiquiátricos e que realmente faz necessário olhar para essa
190 situação sendo que não é admissível um paciente idoso, oncológico ficar aguardando em média cinco dias
191 em uma cadeira, ressaltando ser um caso muito sério. Complementou que com relação à enfermeira
192 Janine ao chegarem a UPA para fiscalização a mesma vem dar informação, porém deixou seu protesto
193 sendo que se a enfermeira não é funcionária da UPA e sim da prefeitura não deveria ser destinado a ela o
194 atendimento da comissão de visitas, pois já tiveram problemas e foi oficiado que quem atenderia na Santa
195 Casa seria a enfermeira Mariana e na UPA o enfermeiro Marcelo, que ao sair ficou nomeado a enfermeira
196 Cinthia e como houve mudanças ficou a Mariana responsável por atender tanto pela Santa Casa e pela
197 UPA. Relatou que ao chegar até a UPA não tem ninguém quem os atenda ficando uma situação bem
198 desagradável. Registrou que recebeu na data de hoje a demanda reprimida das especialidades e exames e
199 deixou seu voto de protesto alegando que faz um ano e sete meses que o conselho espera a resposta desse
200 ofício deixando assim a dificuldade de acompanhar a atual necessidade dos munícipes dentro das
201 unidades e deixou que só na unidade de saúde do Parque São Francisco tem mais de mil pessoas
202 esperando atendimento clínico destacando que esse cenário reflete na UPA, deixou que espera que a
203 gestão tome alguma providência. Comentou sobre a portaria que dá como oportunidade mapear todas as
204 demandas reprimidas e verificar no que pode ser custeado para tentar sanar esses problemas e questionou
205 se a gestão poderia falar mais sobre a portaria. Com a palavra a conselheira Rentar Squilace afirmou que
206 não teve acesso ainda à portaria e que vai verificar as possibilidades mais breve possíveis. Com a palavra
207 a conselheira Dilene Martins explicou sobre a portaria que o município pode estar negociando com o
208 estado para receber um apoio e deixou que precisa ser vista urgentemente pelo fato de possivelmente
209 chegar uma hora que teremos pacientes na cadeira da recepção tomando medicamento e deixou que não é
210 culpa de quem administra a UPA, mas que precisa urgentemente resolver as necessidades da atenção

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.

E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 421ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

211 básica. Relatou que em visita ao SAMU deixou sua opinião que o serviço é de primeira parabenizando o
212 conselheiro André Monteiro pelo trabalho de excelência ofertado para a população. Registrou sobre a
213 dificuldade que vem encontrando na farmácia da secretaria de saúde, dizendo que tem muitos
214 medicamentos faltando e pessoas aguardando mais de dois meses pela medicação, deixando haver falha
215 na logística, visto que na UPA e no SAMU não falta medicações. Com a palavra a conselheira Renata
216 Guimarães explicou que no caso de medicamento em falta acredita que seja a questão do alto custo e
217 quem fornece é o Estado. Com a palavra a conselheira Dilene Martins alegou que está em falta são os
218 medicamentos que foram acertados em uma relação que o município compra não tendo nada há ver com a
219 medicação de alto custo. Com a palavra a conselheira Renata Guimarães agregou que vai verificar quais
220 estão em falta e o porquê está em falta, pois concluíram um processo licitatório de medicamento há pouco
221 tempo afirmando que não era para estar faltando. Com a palavra a presidente Maria Cecília abriu para
222 mais colocações não havendo aproveitou para justificar a ausência do conselheiro Paulo Jefferson, Maria
223 Elizabeth e Maria Claudete e deu continuidade com a ordem do dia. Ordem do dia: **A- Moção ao CMS-**
224 **Estágio de Graduações Semipresenciais:** Com a palavra a presidente Maria Cecília explicou que o
225 conselho de fisioterapia e terapia ocupacional fez contato para ampliar aos conselhos municipais sobre
226 uma moção referente ao método de ensino a distância, pedindo apoio e aprovação de moção contrária a
227 graduação a distância e semipresencial na saúde, sendo a favor da graduação cem por cento presencial.
228 fez a leitura do ofício e apresentou a plenária que a intenção seja de encaminhar ao conselho nacional de
229 saúde e colocou em votação se os conselheiros estariam a favor da moção contra a graduação em saúde
230 ser a distância e foi aprovado por unanimidade. Com a palavra o conselheiro José Eduardo deixou sua
231 opinião que poderiam fazer algo mais amplo alegando que o conselho municipal de saúde de
232 Guaratinguetá é contra a qualquer método ensino a distância em qualquer área da saúde e deixou que se o
233 MEC está referenciando a prefeitura como órgão não pode deixar de selecionar para o estágio e não pode
234 fazer a diferenciação entre a formação a distância ou presencial. Com a palavra o conselheiro André
235 Monteiro complementou que o curso em andamento e por mais que haja agora uma reversão pra curso
236 presencial é daqui pra frente, as pessoas inscritas precisam concluir a graduação e colocou que o campo
237 de estágio, antes tê-lo do que não ter nada e deixou que concorda com a fala e que de repente uma moção
238 de apoio para que daqui pra frente não existam mais curso EAD e nem semipresenciais, ressaltando que
239 as pessoas que estão cursando possuem o direito de concluir. Com a palavra a conselheira Cristiane
240 Regianni agregou que com relação a essa questão as instituições EAD tem que passar por um
241 credenciamento e por uma validação que é um critério para que essas EAD sigam ou não, seu curso.
242 Complementou que seja importante ter critério, visto que não estava efetivo o campo de estágio ter
243 professores suficientes para acompanhar seus alunos em suas atuações e muitas vezes os alunos estavam
244 sendo deixados para os profissionais efetivos de a instituição tomar conta e isso é irregular, não podendo
245 deixar na competência da instituição o ensinamento dos alunos descrevendo que é o que está acontecendo
246 e exemplificou que em alguns lugares que os alunos estão sem professor, expondo alguns tipos de
247 situações que esteja acontecendo pelo fato de ter ficado muito frouxa as legislações e escritas da
248 instituições e deixou que em sua opinião tem a questão da validação do MEC, os alunos e a instituição
249 tem que passar por uma prova e essa questão de estar direcionando o estagiário dentro da instituição com
250 o professor efetivo, pois caso haja uma intercorrência com o aluno, muitas vezes cabe a instituição uma
251 penalidade. Com a palavra o conselheiro Anderson Barbosa deixou que concorda plenamente com a fala
252 da conselheira Cristiane e que em seu estudo independentemente se o aluno está presencial ou EAD, o

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.

E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 421ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

253 aluno está cada vez menos interessado, sem buscar por estudos e atualizações e ressaltou a importância de
254 um professor acompanhando o estagiário e deixou que sua opinião que todos os profissionais recém
255 formando deveriam fazer uma prova para poder atuar e o conselho determinaria se estará apto ou não
256 Com a palavra o conselheiro José Eduardo acrescentou que a norma pede que tenha um professor tuto
257 presente no local, agora tem que ser visto no convênio se a instituição está cumprindo a legislação e
258 finalizou que para aprovar prova de capacitação é o congresso nacional que tem que mudar as leis d
259 instituição. **B- Renovação do Convênio da UPA:** Com a palavra a presidente Maria Cecília abriu par
260 colocações, visto que o tema foi abordado durante os informes do gestor. Com a palavra o conselheiro
261 André Monteiro afirmou não saber se todos os conselheiros tiveram acesso aos ofícios na tentativa de
262 uma tratativa e relatou que foi feito uma reunião na secretaria de saúde com a presença do Dr. Rômulo
263 foi apresentado várias outras frentes deixando que o intuito da reunião não foi falar de renovação, mas fo
264 tentar discutir a possibilidade de ter na UPA mais três retaguarda pra urgência, justificando que dada
265 demanda da região muitas vezes pacientes ficam aguardado dois dias para oftalmologista e
266 otorrinolaringologista para retirada de corpo estranho e cirurgia pediátrica, alegando que antigamente
267 cirurgião geral operava tudo, mas por normas técnicas hoje só opera adulto, então as crianças muita
268 vezes a baixo de dez anos acabam demandando cirurgia pediátrica e contou que na região o Hospita
269 Universitário de Taubaté é a única referência no vale do Paraíba em atendimento infantil, retaguarda em
270 cirurgia pediátrica e UTI pediátrica caso seja necessário ressaltando as dificuldades que a gestão ven
271 passando e deixou que a proposta de repente uma equipe de cirurgia pediátrica de retaguarda, caso haja
272 necessidade a criança seja operada e tratada em Guaratinguetá e de pronto a secretária foi bem sensível
273 demanda, pediu para levantar custo para ver a viabilidade financeira e nessa mesma reunião a secretária
274 demonstrou interesse em renovação, nas mesma condições e o Dr. Rômulo deixou a necessidade de um
275 reajuste, e a fala do reajuste está documentada que não seria hoje receber o contrato global que chega
276 quatro milhões e cento e noventa e dois é dedutível desse contrato próximo a duzentos mil dos médicos
277 concursados cedidos a UPA e está sendo deduzido aqueles quatrocentos e oitenta e um mil que ia para
278 conta provisão, a qual a prefeitura não vê necessidade. Deixou que a fala fosse sobre um reajuste de
279 plantão médico próximo a vinte por cento, pelo fato dos médicos não receberem reajuste desde o início de
280 convênio em dois mil e vinte e dois onde está tendo certa evasão de profissionais pelo fato da região
281 remunerar muito melhor, justificando que se falou nesse sentido. Relatou que após essa fala realmente a
282 secretária Nádia alegou ser impossível, deixando que tivesse como nas mesmas condições e justificou que
283 o aumento seria de reaporte redimensionamento do recurso já direcionado para finalidade UPA e a mesma
284 mandou o primeiro ofício pedindo que fosse formalizado essa fala e a Santa Casa reiterou o ofício
285 alegando ter interesse na renovação e que o reajuste seria necessário para manutenção do corpo clínico e a
286 secretária mandou um outro ofício falando que está de acordo, com cópia ao COMUS e o CAMACC, por
287 ser uma cobrança da própria comissão que movimentou o município a se manifestar quanto a renovação e
288 a secretária respondeu quase no mesmo dia essa indagação e que realmente tem o interesse de renovar se
289 a Santa Casa cumprisse com alguns critérios, praticasse preço de mercado de lavanderia, praticasse
290 dimensionamento de profissionais de limpeza conforme no plano de trabalho e da alimentação. Contou
291 que a Santa Casa respondeu esse ofício alegando que na primeira reunião da comissão ficou consignado
292 ao município a mandar a vigilância sanitária verificar quantos profissionais de limpeza precisariam
293 Alegou que efetuaram as reduções conforme pedido pela secretaria de saúde, mesmo sendo consignada
294 questões sanitárias por trabalhar com crianças recém-nascidas foi consignado antes da solicitação po

ATA DA 421ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

295 ofício. Contou que em relação à alimentação houve uma fala que seria absurda gastar cento e vinte mil
296 reais por mês e que estariam alimentando a Santa Casa inteira e foi feito um estudo encaminharam a uma
297 empresa que se propôs a ofertar dieta especial vinte quatro horas e apresentaram o orçamento via
298 CAMACC no valor de cento e sessenta mil por mês, mas não obteve retorno para essa adequação sendo
299 que um dos pedidos não foi atendido por falta de retorno da própria municipalidade que fere a
300 economicidade. Relatou que também atendeu a demanda de oxigênio pelo fato de haver uma retórica que
301 a Santa Casa estaria pagando todo oxigênio utilizado por ela, pela UPA, uma despesa mensal de próximo
302 a vinte mil reais por mês e contou que a UPA não tem infraestrutura de usina e nem reservatório então
303 adequaram a infraestrutura pra cilindros que é o conceito básico que foi construído assim, acrescentando
304 que hoje a despesa mais que duplicou com cilindros e os estudo também foram enviados e estão sendo
305 acompanhados na prestação de contas. Concluiu que por fim tem a questão da lavanderia que foi feito
306 uma cotação com base nas três cotações que o CAMACC levantou e encaminhou, inclusive uma empresa
307 já prestou serviço para prefeitura durante a pandemia, só que ela quer um tempo mínimo de trinta e seis
308 meses para justificar o investimento, foi apresentado uma proposta até então, três meses tendo como base
309 dia trinta de setembro e também apresentaram um contra proposta que é mais acessível que o preço
310 praticado pela Santa Casa e estão dispostos a operar e consta em ata do CAMACC que aguarda a
311 aprovação da gestão, ou seja, os três pontos que foram solicitados há dez dias atrás que a Santa Casa
312 deveria se adequar a pelo menos trinta dias foi enviado para prefeitura e não teve a batida de martelo por
313 conta da municipalidade. Deixou que por fim, tudo isso foi respondido por ofício e teve hoje na reunião
314 do COMUS a resposta final dada pela representante da secretaria de saúde sobre o chamamento público e
315 deixou que com relação à renovação fosse isso, pois até então achavam que teriam pelo fato de ter sido
316 sinalizado e reiterou que obviamente é direito do município, que pode fazer isso a qualquer momento e
317 deixou sua opinião que é prudente visto que a prefeitura demonstrou muita insatisfação pela gestão da
318 Santa Casa e mostrou que o preço estava elevado, não fazendo sentido renovar um contrato que não me
319 faz bem e é caro, depois queria renovar, mesmo sendo caro e insatisfeito, mas agora de repente vão abrir
320 um processo para buscar alguma empresa que supra a necessidade do município talvez num preço mais
321 acessível e ressaltou que só acha que precisa ser comparado laranja com laranja, porque até na reunião de
322 sexta feira foi pontuado para a secretária e subsecretaria de saúde a respeito do CDI que não tinha ficado
323 claro ainda, justificando o contrato da UPA para quem não sabe, não é somente a gestão da UPA tem o
324 CDI anexado e explicou que inicialmente o atendimento materno infantil ficaria no Hospital Frei Galvão
325 e o CDI foi implantando onde está o atendimento infantil hoje, cerca de quarenta dias após a inauguração
326 da UPA o Hospital Frei Galvão sinalizou realmente que não tinha mais interesse nessa demanda e
327 prefeitura avisou que teria que absorver o materno infantil, onde pegaram desse CDI um aparelho de
328 ultrassom que a prefeitura pediu essa semana que devolvesse para UPA que está na Santa Casa utilizado
329 em paciente SUS e será realocado na UPA. Foi solicitada a torre de endoscopia que volte para dentro da
330 UPA, só que não tem onde colocar, deixando que caso volte não terá exames de endoscopia, visto que
331 todo exame de endoscopia da rede municipal inclusive com tratamento é feito no contrato da UPA, todas
332 as tomografias que são feitas por demandas de atenção básica são embutidas no convênio da UPA, todos
333 ultrassom de pré-natal que são mais de oitocentos estão no convênio da UPA, portanto, concluiu que é
334 UPA mais CDI e não CDI de UPA, sendo CDI da rede municipal e outros credenciamentos como
335 demanda reprimida que foi citado, obviamente seria necessário talvez à reaplicação desses quatrocentos e
336 oitenta e um mil, mas talvez pudesse ter zerado toda demanda reprimida de exames utilizando o convênio

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARATINGUETÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Rua Cel. Pires Barbosa, 184 – Centro – Guaratinguetá – SP – CEP 12500-290.

E-mail: comus@guaratinguetá.sp.gov.br Tel.: (12) 3132-2357

ATA DA 421ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

existente da UPA, ressaltou a importância do termo de referência, por ter só na UPA fisicamente clínica médica, ortopedia, ginecologia obstetrícia, cirurgia geral e anestesia e o emergencista presencial e deixou que a retaguarda custeada que presta serviço pra UPA, serviço de neurocirurgia vinte e quatro horas, psiquiatria devido às demandas compulsórias, tem retaguarda de cirurgias vasculares fora outros serviços que acabam não sendo tão visíveis. Contou que o paciente vai chegar e estamos discutindo o termo de referência e questionou quem será a referência primária para cirurgia, questionando onde será o laboratório, a tomografia, a sala de ultrassom da UPA e deixou que acredita que o município já tenha tudo previsto nas palmas das mãos, sendo que ninguém vai abrir um chamamento sem ter todas essas informações afinadas e mencionou que é isso que traz aos conselheiros para tirar uma estigma, justificando que teve a honra junto do conselho de participar desde a concepção dessa criança e então conhecem as particularidades e os porquês. Alegou que os equipamentos a pedido da secretária serão devolvidos para a UPA, questionando, por exemplo, onde será a sala de eletroencefalograma para o município, visto que não tem consultório e deixou que o único espaço que tem hoje não vago, mas que a secretária demonstrou interesse em utilizar, é o espaço onde funciona o SAMU hoje, talvez haja uma movimentação e deixou que não foram informado formalmente registrando a dificuldade de acessibilidade ao paciente e deixou que acredita que o município já tenha estudo técnico para tudo isso, onde será o tomógrafo, fluxo de lavanderia, refeitório, cozinha e acredita que já tenha estudo técnico para tudo isso e que até o dia trinta de setembro tudo isso já tenha sido construído e licitado e esteja a disposição da população. Alegou que a Santa Casa sempre foi transparente, nunca foi emitida uma nota de imprensa e sempre estiveram presentes esclarecendo os fatos, garantindo que tiveram curvas de aprendizado durante o processo e estão em melhorias contínuas. E para encerrar sua fala, garantiu que vão acatar qualquer decisão do município e do conselho, deixando que estão presentes a apoiar para que a saúde pública melhore a cada tempo, sendo que a Santa Casa sempre foi parceira e assim vai continuar, ressaltando que são parceiros do município e não da política, deixando que a Santa Casa foi concebida pela população e está a disposição. Com a palavra o conselheiro Alexandre Rocha questionou que quando a representante da secretaria de saúde cita o credenciamento da UPA, está embutido somente o serviço da UPA ou também está embutido o contrato da retaguarda. Com a palavra a conselheira Renata Guimarães colocou que a informação que ela tem agora que foi pedido para ela passar é que vai ser publicado o chamamento público em agosto e a questão da retaguarda está em negociação com Santa Casa ainda e não foi determinado nada por enquanto. Com a palavra a presidente Maria Cecília pediu a compreensão dos conselheiros, visto que na reunião do dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e cinco houve um erro de digitação na folha de presença e pediu por gentileza aos conselheiros que tiveram presente na reunião de maio pudessem assinar a lista de presença corrigida e fez a leitura da errata. Abriu pra mais colocações e questionamentos dos conselheiros e não havendo nada mais a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião ordinária às dez horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando-se a presente ATA que vai assinada por mim Maira Regiane de Almeida que secretariei pelos demais membros.

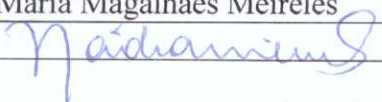
Folha de Presença

Dia: 28/08/2025

Reunião N° 422° de Caráter: Ordinária

SEGMENTO GOVERNO E PRESTADORES

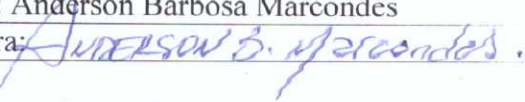
Representante do Governo Municipal

Titular: Nádia Maria Magalhães Meireles	Suplente: Ana Caroline Sbrana dos Santos
Assinatura: 	Assinatura:

Secretaria Municipal da Saúde

Titular: Renata Guimarães Esquilace	Suplente: José Eduardo Barbosa Marques Júnior
Assinatura: 	Assinatura: 

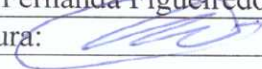
Residência Terapêutica

Titular: Alba Valéria Cortez Alves de Oliveira	Suplente: Anderson Barbosa Marcondes
Assinatura:	Assinatura: 

Santa Casa de Misericórdia de Guaratinguetá

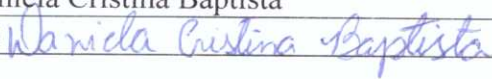
Titular: André Barros Monteiro Júnior	Suplente: Nicolas de O. Taumaturgo Pereira
Assinatura:	Assinatura: 

Grupo da Fraternidade Irmão Altino

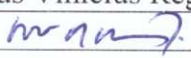
Titular: Fernanda Figueiredo Faria Muriano	Suplente: Maria Rosa dos Santos
Assinatura: 	Assinatura:

SEGMENTO TRABALHADOR DA SAÚDE

Representantes dos Trabalhadores na Área da Saúde

Titular: Daniela Cristina Baptista	Suplente:
Assinatura: 	Assinatura:

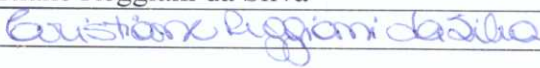
Conselho Regional de Medicina – Regional de Guaratinguetá

Titular: Marcus Vinicius Regis Ramos	Suplente: Zélio de Souza Ramos
Assinatura: 	Assinatura:

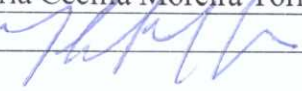
Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas – Regional de Guaratinguetá

Titular: Maria Elizabeth Ramos Martins	Suplente: José Geraldo Cardoso Júnior
Assinatura:	Assinatura:

Conselho Regional de Enfermagem - COREN

Titular: Cristiane Reggiani da Silva	Suplente: Natali Sant'ana Vilas Boas Pètri
Assinatura: 	Assinatura:

Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - Crefito

Titular: Maria Cecília Moreira Torres	Suplente: André Solon de Carvalho
Assinatura: 	Assinatura:

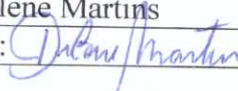
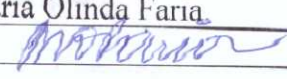
Folha de Presença

Dia: 28/08/2025

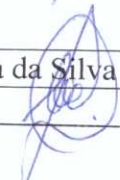
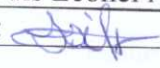
Reunião Nº422º de Caráter: Ordinária

SEGMENTO DE USUÁRIOS

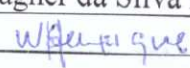
Pastoral da Saúde

Titular: Dilene Martins	Suplente: Maria Olinda Faria
Assinatura: 	Assinatura: 

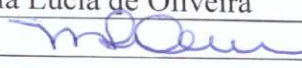
Conselho Gestor Local

Titular: Iracema da Silva	Suplente: Luis Leonel Alves Júnior
Assinatura: 	Assinatura: 

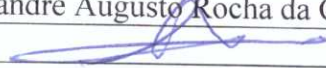
Associações de Amigos de Bairros

Titular: Sidnei Higino	Suplente: Wagner da Silva Henrique
Assinatura:	Assinatura: 

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Titular: Maria Lúcia de Oliveira	Suplente: Myriam Gracie Mathias
Assinatura: 	Assinatura:

Ordem dos Advogados do Brasil – Regional de Guaratinguetá

Titular: Alexandre Augusto Rocha da Costa	Suplente: Fabiana Marongio Pires e Barros
Assinatura: 	Assinatura:

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Maria Claudete Lopes Pereira	Suplente: Vanderléia de Paula e Silva Ribeiro
Assinatura:	Assinatura:

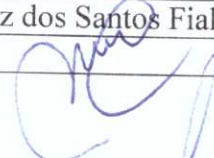
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação

Titular: Zenildo Alexandre	Suplente: Adeílto Antônio dos Santos
Assinatura:	Assinatura:

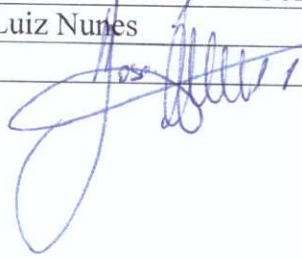
Sindicato dos Empregados do Comercio - SEC

Titular: Paulo Jefferson Alves	Suplente: Lucimara Aparecida Oliveira Ribeiro
Assinatura:	Assinatura:

Representantes da Associação Comercial e Empresarial de Guaratinguetá

Titular: Beatriz dos Santos Fialho Bonini	Suplente: Maria Tereza Coelho Sampaio Reis
Assinatura: 	Assinatura:

Conselho Regional de Contabilidade

Titular: José Luiz Nunes	Suplente: Joaquim Aparecido Pontes
Assinatura: 	Assinatura: